

IV Encontro Nacional da Anppas
4,5 e 6 de junho de 2008
Brasília - DF – Brasil

“Do mato pra cerca”: imaginário social e história ambiental de um “lugar Valente”¹

Alessandra Alexandre Freixo (CPDA-UFRRJ)
Bióloga, Doutoranda do Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento
Agricultura e Sociedade -CPDA, Bolsista CNPq
alessandrafreixo@yahoo.com.br

Ana Maria Freitas Teixeira (UFS/DED/NPGED/EDUCON)
Socióloga, Doutora em Ciências da Educação.
a.f.teixeira@terra.com.br

Resumo

A reconstrução da história de localidades rurais do município de Valente (BA) pode ser considerada um importante elemento na análise das estratégias de desenvolvimento adotadas, inclusive, no que tange aos aspectos socioambientais. Esta reconstrução, quando embasada pela memória coletiva dessas localidades, e em especial pela memória de velhos, pode atuar como um processo de resgate da capacidade de organização dos sujeitos do lugar. Assim, nosso objetivo neste trabalho é investigar as representações e imagens que velhos agricultores produzem sobre o ambiente e o lugar em que vivem, de modo a compreender o processo em que tais representações e imagens atuam como mediadoras de suas ações no ambiente. Trata-se de investigação desenvolvida num viés essencialmente qualitativo a partir dos fundamentos da pesquisa em memória social. Observamos, ao longo da pesquisa, o papel fundamental da família na engrenagem da comunidade, forte elemento na constituição dos processos de identidade e enraizamento que se evidencia tanto na relação com os saberes cotidianos, como na organização do trabalho na propriedade. Para a compreensão do papel das mudanças das relações de propriedade, bem como a inserção da cultura do sisal no lugar, entendemos ser possível e necessário o recurso ao estudo da memória coletiva, tomando como seus principais narradores os velhos agricultores, reconhecidos no lugar como legítimos guardiões da memória. Desse modo, o estudo da memória coletiva muito tem a contribuir para a reflexão sobre os significados atribuídos pelos agricultores à natureza e às relações que protagonizam em seu ambiente.

Palavras-chave

Imaginário social, história ambiental, memória coletiva.

¹ Apoio Financeiro: FAPESB – Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Bahia.

“Do mato pra cerca”: imaginário social e história ambiental de um “lugar Valente”

Introdução

Nossa jornada ao longo dos caminhos do sisal teve início em 2005, com nossa chegada em Valente (semi-árido baiano), momento em que iniciamos uma proposta de trabalho em conjunto com a Escola Família Agrícola Avani de Lima Cunha (EFA/Valente)², envolvendo estudantes e comunidade, com o intuito de realizar um registro da memória do lugar. Neste sentido, elegemos os velhos como principais protagonistas na construção desse registro, à medida que estes são considerados no lugar como legítimos “guardiões da memória”, reconhecidos desde então por seu “trabalho da memória” (BOSI, 1983).

No encontro com o universo desse “lugar valente”, tomando como uma das referências a experiência da APAEB-Valente³ – uma associação de agricultores atuante na região sisaleira⁴, chamou-nos a atenção a capacidade de organização e de fortalecimento de redes de sociabilidade e confiança, que possibilitaram a esta instituição desenvolver estratégias de desenvolvimento que se destacam de tal modo no contexto da região que vêm sendo objeto de inúmeros estudos, principalmente no que diz respeito ao fortalecimento do capital social (NASCIMENTO, 2003) e do empreendedorismo local (ABRAMOVAY et al., 2003). Essas estratégias associadas aos resultados alcançados conferiram ao município e à região um lugar de destaque tanto nacional quanto mundialmente, como experiência exemplar de “desenvolvimento local”.

Denominações como “Capital do Sisal”, “Capital Mundial da Fibrã”, “Suíça do Sertão” foram usadas frequentemente em nossa primeira aproximação a esse lugar, geralmente fazendo referência ao papel que a APAEB vem desempenhando desde a década de 1980 numa atuação fortemente centrada em processos de “organização comunitária”, “desenvolvimento local sustentável e solidário”, freqüentemente associados a esta instituição.

A flagrante “popularidade” dessa Associação aliada às concepções que norteiam sua atuação numa visível referência a estratégias de desenvolvimento no lugar, nos instigaram a um conjunto de indagações relacionadas aos sentidos atribuídos a alguns dos termos frequentemente utilizados quando se trata de explicitar tais estratégias, são eles: meio ambiente (ou ambiente) e sustentabilidade, comunidade, agricultura familiar. Tal inquietação ganhou maior relevo ao observarmos que tais termos, apesar de muito utilizados, raramente eram objeto de

² Algumas considerações em torno do trabalho junto à EFA podem ser encontrados em Freixo e Teixeira (2005, 2006).

³ Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira da Bahia.

⁴ A região sisaleira ou “território sisal” (BRASIL, 2005) abarca os municípios cuja principal atividade econômica é a cultura do sisal – *Agave sisalana*.

problematização nos diversos estudos dedicados ao chamado “projeto APAEB”. Assim, para além do debate em torno do fortalecimento de redes de sociabilidade e confiança locais, nos interessa estudar a história das relações homem-natureza, buscando, para isso, os sentidos e representações atribuídos à natureza, como mediadores das relações sociais neste lugar.

Neste sentido, o foco de análise que adotamos está referido às relações dos seres humanos com o outro (compreendido aqui como humanos e não-humanos) em seu ambiente, buscando contribuir para a construção da história ambiental do lugar.

Para tanto, assumimos a noção de representação como central para a compreensão das relações entre as pessoas do lugar em seu ambiente, uma vez que entendemos as representações como formas de mediação nestas relações, tal como sugere Lefebvre (2006[1980]). É seguindo exatamente na perspectiva desse autor que as representações, de modo algum, devem ser tomadas como falsas ou verdadeiras.

A noção de representação, se considerada segundo este viés, incorpora a relação dos seres humanos em seu ambiente, sendo, neste sentido, constitutiva dessa relação. Ao lado da noção de representação (LEFEBVRE, 2006[1980]), parece-nos fundamental aqui também o recurso ao conceito de imaginário, tomando como principal referência a obra de Castoriadis (1982).

Com base nesse conjunto de referências lançamos nosso olhar para esse “lugar valente”, cujo nome está vinculado a um mito de origem, datado do início do século XX. Nas diversas narrativas sobre este mito, amplamente difundidas e documentadas, registra-se uma imagem de um “boi valente”, que teria lutado por liberdade ou para fugir do subjugo. Esta imagem de valentia levou a uma mudança do nome da fazenda em que esse evento teria acontecido para “Fazenda Boi Valente”, que deu origem ao povoado de Boi Valente (1941) e, mais tarde, ao município de Valente.

A fazenda constituiu-se, deste modo, num elemento primordial no imaginário não apenas no município de Valente, contribuindo sobremaneira para a construção de um imaginário e uma ruralidade estreitamente relacionada à criação de gado em toda a atual região sisaleira.

É fundamental notar o papel que a cultura do sisal adquiriu progressivamente sobre o imaginário social no lugar, tornando-se, ao lado do “boi valente”, um importante símbolo, ultrapassando os limites tidos como urbanos – a sede do município. Na cidade, é comum a presença de ícones como figuras da planta desenhadas em pedra-sabão nas praças, mas também presentes nos muros de prédios públicos. Tais ícones chegam a ser muito mais frequentes do que a imagem do boi valente, que está presente em uma única praça no centro comercial da cidade.

Percebemos então que há ainda grandes lacunas com relação à história desse lugar, principalmente no que tange aos sentidos atribuídos à chegada do sisal, bem como ao papel das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que, segundo as pessoas do lugar, teriam fundamentado

todo o trabalho de organização social, gerando em seu seio grande parte das ONGs (Organizações Não Governamentais) e sindicatos na região.

Enfim, o que significa ser a “capital do sisal”, ou ainda, ter “vocação” para essa cultura? E, ainda, que representações se constr iram a partir desse trabalho das CEBs nesse lugar? Estas são algumas questões as quais buscamos elucidar ao longo deste estudo.

Tomando como ponto de partida essas transformações ocorridas no imaginário do lugar, advindos não apenas da introdução da cultura do sisal, mas também do processo de constituição das comunidades, pela forte influência dos trabalhos das comunidades eclesiais de base (CEBs), buscamos trazer uma importante contribuição para a sua história ambiental.

Assim, nosso objetivo neste trabalho é investigar as representações e imagens que velhos agricultores produzem sobre o ambiente e o lugar em que vivem, de modo a compreender o processo em que tais representações e imagens atuam como mediadoras de suas a es no ambiente.

Partindo das premissas, argumentos e objetivos acima detalhados, estruturamos o texto em três partes, quais sejam: i) inicialmente, desenvolvemos uma reflexão em torno do conceito de memória coletiva e memória social, em articulação   história oral, com o objetivo evidenciar sua potencialidade na construção de narrativas sobre o passado do lugar; ii) em seguida, delineamos algumas de nossas escolhas metodológicas; e iii) por fim, apresentamos uma análise das narrativas e imagens produzidas pelos velhos agricultores, como subsídio   história ambiental do lugar.

O lugar da memória: articulando memória e história oral na investigação sobre a história ambiental em Valente

V vida, sagrada, a memória, desde os gregos, sempre foi tomada numa perspectiva de permanência da criação humana, ou seja, uma forma de manter vivas não apenas as tradições, mas, principalmente, a própria existência humana, encarnada não no corpo físico, que perece, mas no corpo social, que confere continuidade aos seres humanos (VERNANT, 1973).

Entretanto, podemos perceber que, no percurso da evolução do pensamento humano ocidental, a memória passa por momentos de dessacralização e ressacralizaç o, num movimento contínuo que culmina na sacralização da memória individual, como constitutiva de uma identidade (individual ou coletiva), que orienta as a es dos indivíduos – frutos da modernidade – na sociedade.

No sentido de retomar a compreensão da memória em sua dimensão viva, e de certo modo sagrada, nos apoiamos aqui nos conceitos de memória social (BOSI, 1983) e memória coletiva

(HALBWACHS, 2004[1968]), elementos centrais na investigação sobre a história ambiental de Valente. Desse modo, consideramos aqui a memória como uma *representação sobre o passado* e, como tal, um conjunto de significações imaginárias móveis, em contínua relação com o cotidiano dos velhos agricultores de Valente. Portanto, a memória – longe de ser identificada com o passado, tornando-se objeto de uma história linear e laicizante (NORA, 1993) – adquire um caráter de vivência, constituída e reconstituída cotidianamente pelos velhos agricultores.

Segundo Halbwachs (2004[1968]), pode-se falar em memória coletiva quando evocamos um fato que ocupava um lugar na vida de um grupo e que é então retomado no momento em que um indivíduo se recorda dele, do ponto de vista deste grupo. Assim, a memória individual está em estreita relação com a memória coletiva, de tal modo que para Halbwachs, as recordações que podem parecer puramente pessoais, na realidade tomariam parte na memória coletiva, à medida que elas somente seriam possíveis recorrendo-se à memória do grupo. A memória é, dessa forma, “uma reconstrução do passado com a ajuda de dados tomados do presente, e preparada de fato com outras reconstruções realizadas em épocas anteriores, pelas quais a imagem do passado se viu já bastante alterada”. (HALBWACHS, 2004[1968], p. 71). Assim, para Halbwachs, a memória não pode se confundir com o passado, mas pertence ao presente.

Jedlowski (2003) descreve ainda o caráter essencialmente social das memórias individuais, no qual os acontecimentos que são selecionados e guardados em nossa memória estão estreitamente relacionados com o universo cultural dos sujeitos, de modo que “as lembranças de cada indivíduo estão inscritas entre “quadros sociais” que as sustentam e contribuem para organizá-las” (JEDLOWSKI, 2003, p. 219).

Baseando-se ainda no conceito de memória coletiva, Michel Pollak (1989a) ressalta o papel da socialização da memória para o processo de construção de identidades. Assim, não apenas vivemos pessoalmente os acontecimentos, os quais socializamos em nosso grupo social, como também “herdamos” a lembrança de acontecimentos vividos no grupo, como se nós mesmos tivéssemos vivido tais experiências, constitutivas da identidade do grupo. O que fica guardado na memória é, assim, objeto de disputa dentro do grupo; uma disputa em que o “conteúdo” dessa memória é selecionado por um “trabalho de enquadramento da memória” (POLLAK, 1989b), no qual o grupo constrói uma narrativa sobre o passado, que é socialmente legitimada para constituir sua memória coletiva e sua identidade.

Compreendemos então a memória coletiva como uma representação sobre o passado, constituída e reconstituída a partir da experiência do presente. Assim tomaremos a história oral como um importante instrumento de acesso à memória coletiva do lugar, a partir da construção de narrativas sobre o passado elaboradas pelos velhos agricultores de Valente.

Atentando às críticas direcionadas à história oral (BOURDIEU, 1996; COSTA, 1998), principalmente no que tange à compreensão da história como uma seqüência de acontecimentos encadeados e artificialmente organizados em narrativas, tomamos neste estudo a experiência de

vida narrada como um instrumento de problematização e construção da história (LEVI, 1996). Por outro lado, nos interessa o processo de legitimação dessas narrativas pelo grupo social estudado, o que é possibilitado pelo recurso à história oral (DEBERT, 1986).

Assumimos assim a história oral como um instrumento privilegiado, forjando narrativas essenciais à compreensão das relações que velhos agricultores desenvolvem em seu ambiente. Cientes de seus limites e possibilidades, aqui explicitados, consideramos que a história oral, em articulação à crítica das representações (LEFEBVRE, 2006[1980]), constitui-se numa importante ferramenta na construção da história ambiental em Valente, tomada aqui principalmente num viés simbólico em que as percepções essencialmente humanas calcadas em “valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza” (WORSTER, 1991, p. 5).

A escolha pela análise da memória coletiva do lugar

Este estudo foi desenvolvido a partir de um viés essencialmente qualitativo, no qual fazemos uso, principalmente, dos fundamentos teórico-metodológicos da pesquisa em memória social de acordo com o proposto por Bosi (2003). Os recursos metodológicos utilizados foram a observação e registro de dados em caderno de campo, bem como entrevistas aprofundadas, além de registros fotográficos e análise documental.

Os sujeitos desta pesquisa foram, principalmente, velhos agricultores, homens e mulheres, que vivem em diferentes localidades rurais do município de Valente (BA). Entretanto, dada a dificuldade de estabelecer um momento no qual os velhos estivessem sozinhos para a realização das entrevistas, boa parte delas transformaram-se em ‘entrevistas coletivas’, nas quais não apenas os velhos, mas também filhos, netos e vizinhos participaram, auxiliando na construção da narrativa sobre o passado da família neste lugar.

Nosso primeiro contato com as localidades em estudo foi viabilizado por alguns membros da APAEB Valente, em decorrência de nossas atividades profissionais. Apesar do caráter “formal” desse primeiro encontro com o campo de estudo, na condição de docentes de instituições públicas de ensino e pesquisa, buscamos ampliar nossas relações com outras redes de sociabilidade menos institucionalizadas dando especial atenção àquelas de parentesco, compadrio e amizade. Assim, a seleção das localidades deu-se pela possibilidade de nos inserirmos nestas redes, circunscritas, inicialmente, a parentes e amigos de membros da APAEB Valente, e, posteriormente, expandidas em direção a outras redes, mediante a indicação de outros possíveis sujeitos de pesquisa por cada um dos velhos que eram entrevistados.

Nas entrevistas semi-estruturadas adotamos como recorte de análise algumas categorias que consideramos centrais para a compreensão das relações das pessoas de Valente em seu

ambiente. Tais categorias resultaram de um olhar cuidadoso sobre algumas reuniões informais com diferentes pessoas do lugar, principalmente aquelas envolvidas em ‘projetos de desenvolvimento local sustentável’. Nessas ocasiões temas recorrentes como *família*, *comunidade*, *propriedade*, *seca* (ou ‘convivência’ com ela) e *saberes cotidianos*, foram se apresentando como elementos fundamentais para a consolidação desses projetos locais. Assim, dada a relevância de tais categorias nas representações e vivências do lugar, as tomamos aqui como elementos centrais de investigação.

Memórias e narrativas de um lugar chamado Valente

Tomando como ponto de partida as narrativas dos velhos em torno dos eixos *família*, *comunidade*, *propriedade rural*, *convivência com a seca* e *saberes cotidianos*, buscamos aqui, mesmo que de modo preliminar, analisar suas representações e vivências no ambiente em que vivem, de modo a contribuir para a compreensão dos processos socioambientais em curso, na perspectiva de traçar uma história ambiental deste ‘lugar valente’.

Ao longo de repetidas visitas ao campo⁵, percebemos que os contatos estabelecidos na região haviam gerado certa expectativa em torno de nossa chegada à casa dos velhos, sempre anunciada por contatos prévios assegurados pela eficiência do sistema de “recados”. Cercados por familiares e vizinhos, os velhos deixavam claro que estavam esperando pelas “moças do gravador” para o momento solene dos depoimentos, ocasião por vezes inaugurada pela surpresa de alguns, diante do interesse do “povo da cidade” em ouvir os “véios da roça”.

Interessante observar que a indicação dos velhos a serem entrevistados não ocorria de forma aleatória e indistinta: não era qualquer um que ocupasse a condição de velho que gozava da “autorização” para contar as histórias do lugar, sendo legitimado como “contador de história”. Portelli (1996) também observa essa legitimação e valorização do contar casos em seus estudos, numa pequena aldeia montanhosa na Itália, destacando que se dá a legitimação não apenas daquele que conta, mas também do que se conta. Narradores e narrativas devem ser legitimados pela comunidade, o que esteve claramente instituído nos mecanismos de definição dos “guardiões da memória” do seu lugar em nosso campo de estudo.

Paralelamente a essa legitimação da narrativa, identificamos o papel central que a família assume para os velhos como elo importante na sociabilidade do lugar. Estabelece-se uma clara hierarquia familiar, no que tange à legitimação dos contadores de histórias e ainda das histórias contadas. Neste sentido são em geral os velhos que sabem e que podem contar as histórias, seguidos por

⁵ cada uma destas visitas duravam em média dois dias

seus filhos e netos. As crianças nada sabem, seja das histórias do lugar, seja mesmo da História⁶ da escola, que “não ensina mais nada a eles”.

Há também uma importante distinção de gênero, em torno da legitimação da memória. Tem emergido de forma bastante clara tal distinção. Enquanto os homens narram com maior riqueza de detalhes experiências da lida com o sisal, a negociação da colheita, a lida com a criação (principalmente gado), bem como transações de compra e venda de terras, entre as mulheres são mais comuns as narrativas em torno do espaço doméstico e das atividades que aí se inserem: o cuidado com os filhos, a fabricação de panelas de barro, de alimentos e remédios naturais, além das datas marcantes como nascimentos, casamentos e mortes na família.

Por outro lado, é imprescindível destacar os significados das palavras *primo* ou *parente*, frequentemente presentes como qualificativos das redes de sociabilidade das quais os velhos agricultores fazem parte. Ao longo da realização das entrevistas, estas palavras vêm se destacando, na medida em que os entrevistados acionam-na com grande frequência, mas com sentidos variados.

“Somos primos” ou “aqui é tudo parente” são expressões correntes, referidas ao estabelecimento de vínculos de maior proximidade entre as pessoas do lugar, independentemente dos laços sangüíneos de parentesco. Neste sentido, as pessoas do lugar desenvolvem estratégias de aproximação por parentesco que vão desde casamentos entre primos até o estabelecimento de parentesco por apadrinhamento, tornando estas redes familiares bastante eficazes na construção da identidade do lugar.

Além da existência de um forte apego à família, o universo religioso essencialmente cristão, católico ou protestante, também se apresenta como importante elemento constitutivo das narrativas. Nas casas de grande parte dos velhos, estão afixadas nas paredes das salas⁷ gravuras, quadros e calendários de Nossa Senhora, Jesus, a Sagrada Família, São José, fotos do Papa, entre outros. Essa religiosidade aparece constantemente na fala dos sujeitos, em diversos momentos, sendo freqüentes as referências feitas às rezas, que eram assiduamente realizadas em suas casas, ao longo da infância e perduram até hoje.

Esta percepção mágico-religiosa reiterada na fala dos sujeitos incide também sobre suas relações e transformações no ambiente. A presença desse imaginário mágico-religioso é destacada também por Brandão (1999), ao salientar o papel da lógica religiosa, guiada pelas leituras bíblicas, na construção de representações que orientam as relações dos camponeses com os outros seres – animais ou vegetais –, alguns destes considerados “sagrados” e/ou “amaldiçoados”. Esse imaginário se entrelaça com diferentes dimensões do cotidiano, tais como

⁶ Optamos por escrever em letras maiúsculas, para diferenciar a memória coletiva do lugar legitimada pelos velhos – as histórias contadas pelos velhos – da narrativa historiográfica institucionalizada e que se apresenta como componente do currículo escolar. Assim nos aproximamos das significações imaginárias correntes em torno das “histórias dos velhos” e da “história”, a primeira dizendo respeito às memórias e vivências dos velhos e a segunda se referindo à história aprendida na escola (no caso daqueles que foram alfabetizados), ou ainda, na Igreja.

⁷ Lugar privilegiado, no qual as visitas são recebidas e onde os velhos, em geral, passam boa parte de seu tempo e, conseqüentemente, onde a maioria das entrevistas decorreram.

as transformações produzidas pela incorporação do sisal na região, a própria configuração das propriedades, a seca, etc.

Assim, a família, a ordem religiosa e a propriedade, juntamente com a comunidade⁸, o espaço de pertencimento dos velhos agricultores, são elementos fundamentais que constituirão e demarcarão a sociabilidade do lugar, integrando-se em seus códigos culturais. Esta tríade família-religiosidade-comunidade desempenha um papel semelhante ao destacado por Antônio Cândido (2003[1964]), em seu clássico estudo sobre a sociabilidade dos caipiras, no qual o bairro toma o lugar da comunidade na constituição das redes de reciprocidade, representando também aí uma unidade de pertencimento.

Para compreender o papel das relações de propriedade sobre as representações e vivências no lugar, partimos do pressuposto de que a propriedade deve ser concebida como um patrimônio, uma herança tanto material quanto imaterial (CARNEIRO, 1998; LEVI, 2000). Tal compreensão pretende ultrapassar a dimensão econômica da propriedade, traduzido como renda da terra, considerando-a também como um elemento crucial na reprodução social (tanto material quanto simbólica) dos agricultores. Assim, a propriedade deve ser concebida não apenas a partir de sua acepção moderna, como mercadoria, mas também a partir da relação do homem com a terra e o ambiente, na qual perpassa uma visão simbólico-religiosa (MADJARIAN, 1991).

Está presente nas narrativas de grande parte dos velhos a mudança nas relações de propriedade da terra, que parecem ter influenciado em grande parte a relação dos agricultores no ambiente, proporcionando grandes alterações na paisagem do lugar. Neste sentido, é comum a menção ao desmembramento das fazendas de gado em “posses”, aqui compreendidas como pequenos lotes de terra, que são postos à venda pelos herdeiros de uma grande propriedade. Essas “posses”, assim que compradas, inauguram uma nova relação do agricultor com a terra, e também novas relações de trabalho, na medida em que, em geral, são os próprios trabalhadores das fazendas – os vaqueiros, ou ainda antigos moradores que compram tais “posses” e se tornam “donos” e, como “donos”, dão início ao cercamento de suas propriedades e ao plantio de suas culturas.

A figura do fazendeiro, o grande proprietário, aparece nas narrativas dos velhos agricultores como sinônimo de riqueza e prestígio – essencialmente ligados à condição de proprietário da fazenda, identificando não apenas o direito de dispor de um bem material, mas também o valor simbólico ou imaterial que se traduz na condição social ocupada por um “proprietário” e, sobretudo, “proprietário” do bem mais precioso aos agricultores: a terra. Além disso, atribui-se importância

⁸ Pensamos a *comunidade* como uma *significação imaginária* (CASTORIADIS, 1982), um conjunto de representações que são produzidas no lugar, mas pela influência de uma ordem distante – a Igreja Católica, por ocasião das CEBs –, através das quais as pessoas do lugar reconhecem uma unidade de pertencimento diferente daquela relacionada à fazenda.

Consideramos ainda importante fazer a distinção entre a categoria nativa – *comunidade* – e a categoria analítica, atribuída aqui principalmente aos estudos de Redfield (1965). Informadas pela leitura de Redfield, compreendemos que podemos pensar tanto as antigas fazendas como as *comunidades* estando estruturadas como uma totalidade na qual os indivíduos e grupos aí se relacionam, constituindo um sistema ecológico, uma estrutura social, compartilhando de uma história e de determinados *ethos*.

Por outro lado, reconhecemos, no caso de algumas localidades, uma dificuldade em estabelecer limites definidos à comunidade, na medida em que se ampliaram enormemente as redes de sociabilidade, o que confere à comunidade contornos fluidos, restando apenas a referência à localidade como lugar de residência. Em outras localidades, entretanto, são fortes os laços familiares e também um sentimento de pertencimento ao lugar.

não apenas ao valor monetário da terra, mas também está em jogo nessa relação entre fazendeiro e fazenda, a reputação que este constrói localmente, fruto das relações de reciprocidade que estabelece com os agricultores que trabalham em sua fazenda, seja pela “trocas de favores”, ou pela formação de novos vínculos de parentesco, principalmente por compadrio.

Entretanto, estas relações de reciprocidade não se reproduzem quando se trata das gerações de primeiros herdeiros que, em geral, tendem a não participar mais da sociabilidade do lugar, por terem perdido os vínculos identitários com a “comunidade”, morando em outras localidades. Somado a este rompimento do vínculo identitário – que se concretiza derradeiramente com a morte do fazendeiro – os herdeiros da fazenda ainda se defrontam com o problema do aumento dos tributos sobre a terra, que os encorajavam a vendê-la.

A incorporação do sisal à economia local é constantemente associada a transformações ocorridas no ambiente e na paisagem, traduzida na fala dos entrevistados como “*a mudança do mato pra cerca*”: as grandes fazendas de gado e a caatinga que marcavam a paisagem no “tempo dos antigos” são, progressivamente, substituídas pela constituição das roças e das pequenas propriedades. Consideramos que a terra, longe de ver-se reduzida a uma mera mercadoria constitui-se, para os agricultores da região, num elemento essencial de sua reprodução social à medida que, em torno dela, tecem-se redes de reciprocidade e trocas simbólicas que fortalecem o seu patrimônio, enfim, sua herança imaterial que ultrapassa os limites impostos pelo título de propriedade.

Isto significa dizer que a propriedade de um agricultor pode ser reconhecida como patrimônio da coletividade das pessoas do lugar que, pelos vínculos de parentesco e vizinhança, tem, de algum modo, acesso aos recursos e saberes contidos e referentes a esta propriedade. Podemos tomar como exemplo o fato de que a propriedade privada de um “tanque” ou “aguada”⁹ não impede o acesso dos membros de uma comunidade à água nos tempos de seca. Do mesmo modo, é da “caatinga do vizinho” que as mulheres retiram a “pindoba”¹⁰ para fazer seus chapéus e esteiras.

Enfim, as redes de sociabilidade que se desenvolvem em torno da família possibilitam que a terra (bem como os recursos aí disponíveis) seja de algum modo percebida como um bem coletivo. Esse caráter conferido à terra é ainda mais forte quando a esse imaginário associa-se um “mito da ancestralidade”, no qual haveria a figura de um “herói desbravador” ou um “pai fundador”, reconhecido pelas pessoas do lugar por seus feitos na “fundação” de uma localidade. Todas as pessoas do lugar tendem, então, a estabelecer um vínculo de parentesco com tal figura, configurando-se como seus descendentes.

Desse modo, toda a extensão de uma dada localidade pode ser considerada como “terra de parente”, fortalecendo os vínculos de parentesco entre as pessoas desse lugar. Esse aspecto foi

⁹ Reservatórios perenes de água.

¹⁰ Folha de onde se retira a palha para fazer chapéus e esteiras.

repetidamente destacado nas narrativas dos velhos, particularmente em uma das localidades estudadas, quando os velhos narram a chegada do herói fundador como marco inicial da história do lugar e todos, sem exceção, estabeleceram um laço de parentesco com este homem demonstrando preocupação em detalhar a trajetória de vida, a procedência e as vivências desse “herói desbravador” no lugar, ainda que não o tenham necessariamente conhecido. Enfim, pertencer a esse lugar – e, em conseqüência, participar de suas redes de sociabilidade e do acesso aos bens coletivos – significa aproximar-se da pessoa do herói fundador, sendo “parente”, sem precisar de permissão para o uso dos recursos aí disponíveis. A situação aí descrita se aproxima em grande medida àquela estudada por Emília Godoi (1999) entre sertanejos no Piauí, na qual a autora relata o papel fundamental das representações dos laços de parentesco e das tradições sucessórias na construção da memória desse lugar, evocando o “início” e os “ancestrais fundadores” como formas de pertencimento ao lugar e de acesso à terra.

A seca, por sua vez, aparece nas narrativas dos sujeitos da pesquisa como um flagelo do lugar e é por vezes percebida como “castigo divino”. De fato, são múltiplas as representações da seca, tal como evidencia o estudo de Gomes (1998) em diferentes estados nordestinos, apontando claramente a predominância dos elementos mágico-religiosos que tendem a naturalizar o fenômeno da seca.

Em que pesem as dificuldades narradas pelos velhos para a obtenção de água, todos afirmam uma sensível melhoria em seu suprimento nas últimas décadas, principalmente pela possibilidade da construção de cisternas domésticas ou “comunitárias”¹¹ - que reduziram as distâncias para o acesso à água. Desse modo, é comum os velhos se referirem a estas cisternas como “a salvação do povo”, ressaltando no imaginário do lugar o caráter de dádiva conferido à água, que se insere num sistema de dom-contradom, muito difundido entre as pessoas do lugar, no qual os “homens bons”, em geral os representantes políticos ou membros de ONGs, que “dão ao povo” a cisterna, que passa a ser percebida como uma “moeda” nos sistemas de trocas clientelísticas.

Certamente, em decorrência das melhorias das condições de acesso à água, seja pela construção de tanques, cisternas, ou pela possibilidade de fornecimento de carros-pipa, raramente se faz alusão a secas a partir da década de 1980, estando claramente presente nas memórias individuais e coletiva o episódio da seca de 1932, considerada “a pior seca de todos os tempos”. Essa associação entre tempo-espaço parece ser um importante marcador do tempo da região. Dessa forma, os acontecimentos ocorridos no ano ou próximos ao ano de 1932 foram mais detalhadamente selecionados pela memória, principalmente os acontecimentos mais dolorosos, como os falecimentos. Entretanto, são também muito comuns os relatos de partidas do lugar, em decorrência da seca. Quase todos os relatos sobre a seca, principalmente entre os mais velhos, são referidos a 1932.

¹¹ Estas cisternas são construídas por meio dos esforços de diversas associações e ONGs locais, que obtêm recursos para a construção de grandes cisternas em “prédios escolares” ou “associações comunitárias” para o provimento de água para várias famílias, diferentemente das cisternas domésticas, que são geralmente construídas com recursos próprios das famílias e atendem a demanda apenas desta família.

Neste sentido, podemos compreender as representações sobre os diversos episódios de seca, presentes na memória coletiva do lugar como um exemplo do processo de “enquadramento da memória” (POLLAK, 1989b). Entre as memórias individuais destacam-se vários episódios de seca. Contudo, no processo de construção da memória coletiva destaca-se a representação do que comumente se reconhece como a pior seca que existiu: a seca de 1932. Todos os sujeitos da pesquisa foram categóricos em confirmar “os duros tempos” da seca do ano de 1932. Tanto que mesmo entre os mais jovens, filhos e netos dos entrevistados, permanecem vivos na memória, mesmo sem terem sido vividos por estes, os difíceis momentos da seca. Esta seletividade da memória, em geral atrelada à lembrança da seca e da chegada do sisal, permite que o sertanejo recrie cotidianamente seu pertencimento à região, fortalecendo uma identidade e uma ruralidade “sisaleira” conectada ao imaginário da valentia do boi e da fibra do sisal.

Quanto ao acesso à educação escolar, este aparece como bastante precário nas narrativas dos velhos havendo uma referência constante ao “tempo deles”. As crianças, para estudar, como ainda hoje em alguns lugares do país, deveriam andar “léguas” a pé e, muitas vezes, a escola era fechada antes que pudessem completar seus estudos. Em geral, os velhos são analfabetos ou semi-analfabetos, mas acreditam que, independente disso, possuem saberes que podem ensinar a outras pessoas: a habilidade com o barro, com a palha, a identificação e utilização da flora local, a linguagem do ambiente¹², etc.

A educação escolar foi e é, para os velhos, um instrumento de hierarquização dos sujeitos sociais, entre aqueles que sabem, os “sabidos”, que “tiveram bons estudos”, e os que não sabem, o “povo”. Mas é também notável a menção aos processos educativos não formais, que envolviam, principalmente, os trabalhos das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a importância da figura do padre nesse processo.

A esta oposição *sabido-povo*, contrapõe-se nas narrativas a oposição *trabalho da caneta–trabalho da enxada*. Ao ser acionada a categoria *trabalho*, os diferentes saberes assumem novos significados e, assim, valoriza-se o saber do agricultor - o trabalho com a terra – e, ao mesmo tempo, instaura-se um processo de auto-reconhecimento e pertencimento, de relativa igualdade (COMERFORD, 2003) e de estranhamento com relação aos “sabidos” e, ainda, de enraizamento, no sentido cunhado por Simone Weil (2001), de participação ativa num coletivo.

Vale destacar aqui que nos parece fundamental o papel das CEBs na construção de uma representação que, no lugar, faz opor-se o campo à cidade, apresentando em geral o campo como sinônimo de “amenidade”, “bom lugar de viver”, em contraposição às “mazelas” da cidade. É comum ainda a representação de um campo que “abastece” ou “sustenta” a cidade com alimentos. Esta representação, a nosso ver, construída a partir de um ideal cidadão de campo, expressa-se como uma marca de práticas espaciais de uma ordem distante (LEFEBVRE,

¹² Chamamos de linguagem do ambiente um conjunto de saberes construído na relação cotidiana homem ambiente no lugar que se expressa na capacidade de decifrar as mensagens contidas na intensidade dos ventos, nos cheiros e odores que emanam dos animais e da terra, nas palmas do sisal, enfim no movimento constante da natureza.

1991[1974]), que se impõem e se entrelaçam ao imaginário do lugar, tomando uma proporção tal que as pessoas do lugar reconhecem-na como elemento identitário central. Daí surge a comunidade como um forte elo da ruralidade do lugar.

Memória e narrativa: um primeiro olhar sobre as relações dos velhos agricultores em seu lugar

Mediante a análise dos dados coletados e produzidos ao longo da pesquisa foi possível elaborar uma reflexão sobre as representações de mundo rural presentes no imaginário dos velhos, sujeitos do campo, bem como das transformações das relações das pessoas do lugar em seu ambiente, fornecendo importantes subsídios à sua história ambiental.

Ao longo do caminho descrito pela narrativa “do mato pra cerca” foi possível notar o papel fundamental da família na engrenagem da comunidade local, forte elemento na constituição dos processos de identidade e enraizamento que envolvem a relação com os saberes, com o aprender e também como a organização do trabalho na propriedade. Nesse contexto as “regras” não escritas, mas inscritas na sociabilidade do lugar vinculam-se estreitamente às estratégias de reprodução social dimensão em que a família permanece na maioria das vezes como um espaço de pertencimento.

As figuras da seca, as alterações na propriedade, redistribuída com os filhos geralmente por ocasião dos casamentos, as mudanças produzidas pela progressiva substituição da caatinga pelas roças e posteriormente pelo cultivo do sisal se entrelaçam na narrativa dos velhos agricultores em meio à elaboração e re-elaboração das experiências cotidianas.

O conjunto das reflexões sobre as representações do lugar presentes nas lembranças dos velhos nos permite, mesmo que de modo geral, uma análise das redes de sociabilidade das quais participam os sujeitos. Nestas redes podemos identificar os germes da organização comunitária, nos quais as CEBs - como uma ordem distante – encontram um terreno propício para seus trabalhos: *família, terra e trabalho*. Estas questões permanecem nos trabalhos desenvolvidos pelas ONGs e sindicatos rurais, que tomaram como lema a sustentabilidade da agricultura familiar, valorizando estas redes de sociabilidade de longa data inscritas na região.

Assim, esse movimento de transição “do mato pra cerca” em que alterações se evidenciam na paisagem do lugar com o progressivo desaparecimento das fazendas de gado e a predominância de pequenas propriedades e roças que se entrelaçam com a constituição das comunidades se faz acompanhar da incorporação da cultura do sisal e de transformações nas redes de sociabilidade, numa dinâmica que reconfigura o estatuto das relações familiares: nas fazendas o gado, o boi valente, o trabalho assalariado mediando as relações sociais de hierarquia, as relações com a terra, informadas pela lógica dominante do privado; nas pequenas propriedades, nas roças, a

centralidade da família na constituição de redes de sociabilidade atribuindo sentidos à vida em comunidade, à propriedade como herança imaterial e à organização do trabalho na terra.

Vale observar, contudo, que o caminho do “mato pra cerca” carrega consigo também outros aspectos que convivem com o princípio do parentesco como elemento central na compra e venda de terras. Em casos isolados, sobretudo quando se trata de fazendas que compreendem imensas extensões de terra, a lógica do parentesco convive com a lógica do comércio, do negócio em que o valor monetário atribuído à terra se descola do predicado “ser parente”. Dito de outro modo, haveria um mercado de terras para parentes regulado pelos laços de família e um outro mercado para não parentes, em menor proporção, balizado pelas regras praticadas no mercado imobiliário (LEVI, 2000).

Nessa perspectiva não se trata de pretendermos uma leitura dicotômica entre antes e depois da chegada do sisal ou mesmo da dissolução das fazendas, mas sim a compreensão do processo em que a “chegada das cercas” pode simbolizar na paisagem as transformações mais profundas que se tecem nas entranhas das relações de reprodução social do grupo. Se, numa leitura a partir exclusivamente do visível, as cercas poderiam indicar a ascensão de uma sociabilidade pautada na valorização de interesses individuais, uma vez que símbolo frequentemente associado a lógica da demarcação do privado, aqui, num “lugar valente” as cercas podem ser traduzidas como possibilidade de constituição de uma lógica comunitária contrariando associações apressadas.

No intrincado conjunto de transformações da paisagem podemos observar também que a presença progressiva da cerca simboliza, na narrativa dos velhos, que o mato vai dando lugar a uma outra dinâmica no ambiente com a ampliação do número de casas e de pessoas (em sua maioria, ligadas por laços de parentesco e/ou compadrio), esteio para a constituição das comunidades.

Essa dinâmica atinge igualmente o imaginário do lugar: o tempo dos antigos se constituiu fortemente em torno das grandes extensões de terra ocupadas pelo gado e pela caatinga onde o fazendeiro e o vaqueiro eram figuras centrais na constituição das relações e redes de sociabilidade e experimenta um conjunto de transformações em que se articulam a chegada do sisal e a constituição das comunidades. A valentia do boi que ocupa papel central no mito de origem do lugar vai, ao mesmo tempo, se perpetuar e se transformar com a importância que o sisal assume na vida das comunidades: se perpetua, pois a valentia necessária para a lida com o gado, para enfrentar a valentia dos bois resistentes ao cativo, uma valentia que se mistura à figura do fazendeiro e do vaqueiro é igualmente necessária para lida no trabalho com a terra e no cultivo e beneficiamento do sisal, trabalho árduo e arriscado. Assim o imaginário do valente vaqueiro que enfrenta e supera a valentia do boi transborda e inunda o imaginário do valente agricultor que em sua comunidade enfrenta e supera as dificuldades no dia a dia de cultivar as fibras do sisal.

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo, SAES, Sylvia, SOUZA, Maria Célia., MAGALHÃES, Reginaldo. *Mercados do empreendedorismo de pequeno porte no Brasil*. 2003. Disponível em: <http://www.cepal.org/publicaciones/xml/0/11870/r137ricardoabramo_vaymercados.pdf>. Acesso em: 26. mar. 2007.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983. 402 p. (Série Estudos Brasileiros, 1)
- BOSI, E. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. M., AMADO, J. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 183-191.
- BRANDÃO, Carlos. R. *O afeto da terra*. Campinas: UNICAMP, 1999.
- BRASIL. CONDRAF. *Estudo da base econômica territorial: território sisal*. 2005. Disponível em: <http://serv-sdt-1.mda.gov.br/gnc/gnc/ep/estudos/BA_Sisal.doc>. Acesso em: 03 mar. 2007.
- CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito*. 10 ed. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2003 [1964].
- CARNEIRO, M. J. *Camponeses, agricultores e pluriatividade*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998.
- CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- COMERFORD, John. C. *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política/UFRJ, 2003. 406 p. (Coleção Antropologia da Política, 22).
- COSTA, E. V. Novos públicos, novas políticas, novas histórias: do reducionismo econômico ao reducionismo cultural: em busca da dialética. *Anos 90*, n. 10, p. 7-22, 1998.
- DEBERT, G. G. Problemas relativos à utilização de história de vida e história oral. In: CARDOSO, R. C. L. *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 141-156.
- FREIXO, Alessandra Alexandre; TEIXEIRA, Ana Maria Freitas. Memórias do rural: uma proposta de educação ambiental em uma escola família agrícola da região sisaleira da Bahia. In: Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental, 3., 2005, Ribeirão Preto. *Anais...* Ribeirão Preto : USP, 2005.
- FREIXO, Alessandra Alexandre; TEIXEIRA, Ana Maria Freitas. Escola Família Agrícola de Valente: uma experiência rumo à educação do campo na região sisaleira da Bahia. *Caderno Multidisciplinar Educação e Contexto do Semi-Árido Brasileiro*, Juazeiro, v. 1, n. 1, p. 67-83, 2006.
- GODOI, Emília P. *O Trabalho da Memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- GOMES, Alfredo M. *Imagário social da seca: suas implicações para a mudança social*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1998. 229 p.
- HALBWACHS, Maurice. *La memoria colectiva*. Barcelona: Univ. Zaragoza, 2004[1968].
- JEDLOWSKI, Paolo. Memórias: temas e problemas da sociologia da memória no século XX. *Proposições*, v. 14, n.1, p. 217-234, 2003.
- LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 1991[1974].
- LEFEBVRE, Henri. *La presencia y la ausencia*. Contribución a la teoría de las representaciones. México: FCE, 2006[1980].
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, M. M., AMADO, J. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 167-182.

- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- MADJARIAN, Grégoire. *L'invention de la propriété: de la terre sacrée à la société marchande*. Paris: Editions L'Harmattan, 1991.
- NASCIMENTO, Humberto. M. *Conviver o sertão: origem e evolução do capital social em Valente/BA*. São Paulo: Annablume, 2003. 125 p.
- NORA, Pierre. M. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n. 10, p. 7-28, 1993.
- POLLAK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, p. 3-15, 1989a.
- POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989b.
- PORTELLI, A. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, M. M., AMADO, J. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 103-130.
- REDFIELD, R. *The little community and peasant society and culture*. Chicago: university of Chicago Press, 1965.
- VERNANT, Jean Peirre. *Mito e pensamento entre os gregos: estudos de psicologia histórica*. São Paulo: USP, 1973.
- WEIL, S. *O enraizamento*. Bauru: EDUSC, 2001. 274 p. (Coleção Mulher).
- WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n.8, p. 198-215, 1991.